



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Iam-2

Processo nº : 13962.000084/95-17  
Recurso nº : 07.595  
Matéria : FINSOCIAL - FATURAMENTO - Exs.: 1991  
Recorrente : RAQUEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.  
Recorrida : DRJ em FLORIANÓPOLIS - SC  
Sessão de : 16 de Outubro de 1996  
Acórdão nº : 107-03.477

**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINSOCIAL** - As leis nº 7.787/89, 7.894/89 e 8.147/90 foram julgadas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal na parte em que aumentaram as alíquotas da contribuição de 0,5% prevista no Decreto-Lei número 1.940/82, para 1,0%, 1,2% e 2,0% impondo-se excluir da exigência, formulada com base nas referidas leis, a importância que exceder a aplicação da alíquota de 0,5% prevista no referido Decreto-Lei.

Recurso parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por RAQUEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento parcial ao recurso, para excluir da exigência a importância que exceder a aplicação da alíquota de 0,5% (meio por cento) definida no DL nº 1.940/82, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ  
PRESIDENTE e RELATORA

FORMALIZADO EM: 10 OUT 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA, NATANAEL MARTINS, EDSON VIANNA DE BRITO, MAURILIO LEOPOLDO SCHMITT, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES, PAULO ROBERTO CORTEZ e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo : 13962.000084/95-71  
Acórdão : 107.03.477  
Recurso : 07.595  
Recorrente : RAQUEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

**RELATÓRIO**

RAQUEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., qualificada nos autos, foi autuada por falta de recolhimento da contribuição para o Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, relativa aos períodos de maio e outubro de 1991.

Irresignada, impugnou a exigência, fls. 13/15, alegando questões de inconstitucionalidades dessa exação.

A autoridade julgadora monocrática decide por manter o lançamento em sua totalidade.

Inconformada, a Recorrente interpôs recurso a este Colegiado, fls. 22/23, aduzindo haver ingressado em juízo com Mandado de Segurança, sob nº 91.0004516, junto à Seção Judiciária de Florianópolis/SC, o qual foi distribuído para a 4ª Vara da Justiça Federal.

É o Relatório. *Fernandes*



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo            nº. : 13962.000084/95-71  
Acórdão            nº. : 107.03.477

**V O T O**

**CONSELHEIRA MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ , RELATORA**

O recurso é tempestivo. Dele tomo conhecimento.

De início, ressaltamos que, a recorrente não anexou aos autos prova de que efetivamente ingressou em Juízo, contestando a aplicação da alíquota de 2% do FINSOCIAL, o que acarretaria o não conhecimento, por esta Câmara, das razões contidas no recurso, por renúncia à esfera administrativa.

Quanto à exigência da contribuição para o Finsocial é pacífico o entendimento de que o FINSOCIAL foi recepcionado pelo novo ordenamento jurídico, criado pela Constituição de 1.988, nos moldes do Decreto-Lei número 1.940/82, devendo tal exação ser exigida com a alíquota de 0,5% conforme inicialmente prescreveu o referido diploma legal. Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal manifestou-se pelas inconstitucionalidade das majorações havidas nessa alíquota através das Leis nº 7.787/89, 7.894/89 e 8.147/90. Ademais, o próprio Poder Executivo, através de Medidas Provisórias, vem determinando o cancelamento dos valores lançados com base em alíquota àquela anteriormente citada.

Na esteira dessas considerações, voto no sentido de dar provimento parcial ao recurso para excluir da exigência a importância que excede à alíquota de 0,5%, na forma definida pela Medida Provisória número 1.142, de 29/09/95, e suas reedições.

Sala de Sessão, 16 de outubro de 1996

MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13962.000084/95-71  
Acórdão nº. : 107.03.477

**I N T I M A Ç Ã O**

Fica o Senhor Procurador da Fazenda Nacional, credenciado junto a este Conselho de Contribuintes, intimado da decisão consubstanciada no Acórdão supra, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 40, do Regimento Interno, com a redação dada pelo artigo 3º da Portaria Ministerial nº. 260, de 24/10/95 (D.O.U. de 30/10/95).

Brasília-DF, em 10 OUT 1997

**MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ**  
PRESIDENTE

Ciente em 24 OUT 1997

**PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL**